



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

**"NEGRITUDE VIVE SOLTA, CADA VEZ É MAIS PRESENTE": A QUESTÃO ETNICORRACIAL
NOS PROGRAMAS DE DISCIPLINA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)**

FRANCISCO ADILSON ALVES DE SOUSA ¹

ANDRÉ LUIS MONTEIRO GOMES ²

RAFAELA GOMES OLIVEIRA ³

RESUMO:

O artigo presente examina como a questão etnicorracial é abordada nos programas de disciplina do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Visamos investigar a presença e a relevância da questão etnicorracial e das lutas antirracistas nas ementas das disciplinas, destacando a importância de uma formação que considere essas temáticas como estruturantes da questão social no Brasil.

Palavras-chave: Questão Racial; Serviço Social; Ensino Superior.

RESUMEN:

El presente artículo examina cómo la cuestión étnico-racial se aborda en los programas de las asignaturas del curso de Trabajo Social de la Universidad Estatal de Ceará. Nuestro objetivo es investigar la presencia y relevancia de la cuestión étnico-racial y las luchas antirracistas en los programas de las asignaturas, destacando la importancia de una formación que considere estas temáticas como estructurantes de la cuestión social en Brasil.

Palabras clave: Cuestión Racial; Trabajo Social; Educación Superior.

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará

³ Universidade Estadual do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. INTRODUÇÃO

A formação sócio-histórica brasileira é repleta de particularidades, apresentando profundas desigualdades regionais e diferenças econômicas, sociais e culturais. Negros e negras enfrentam um dilema de exploração e opressão, em que a dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. O conceito de raça não mais sustenta-se em termos biológicos, mas como construção política e social. Para Guimarães (2003), raça é um construto social que deve continuar sendo utilizado tanto pela academia quanto pelo Movimento Negro, este último como uma bandeira reivindicatória contra injustiças historicamente praticadas contra negros e negras. Por isso, utilizamos o termo “questão racial” nesta pesquisa.

As desigualdades sociais e étnico-raciais são latentes, dissimuladas e silenciadas. No Brasil, as desigualdades de gênero e classe apresentam desdobramentos diferenciados e têm impactos no âmbito educacional, no trabalho, na profissionalização, na habitação e nas condições de vida e sobrevivência de grupos étnicos como os povos indígenas e a população negra. É possível notar que os afrodescendentes se encontram entre as populações mais pobres, excluídas e marginalizadas do mundo. Esse fato impulsionou a Assembleia Geral da ONU, em 2013, na resolução 68/237, a proclamar a Década Internacional para Afrodescendentes (2015 a 2024)¹, sob os temas de reconhecimento, justiça e desenvolvimento. Esses fatos e conteúdos históricos são importantes para a categoria profissional dos assistentes sociais, que lidam diariamente com desemprego, aumento da pobreza e miséria, especialmente entre a população negra, usuária potencial das políticas sociais.

Nesse contexto, a temática das relações étnico-raciais vem ganhando espaço no interior do Serviço Social, especialmente após o X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 2001, no Rio de Janeiro, onde foi debatida como uma temática necessária para a categoria profissional. Assim, esta pesquisa busca promover e intensificar ações de combate ao racismo no cotidiano profissional, dando visibilidade para ações e pesquisas desenvolvidas no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Pontuamos a demanda de mostrar à sociedade que o racismo deve ser enfrentado, visto que as experiências de igualdade racial e de gênero são frutos das lutas dos movimentos sociais e das intervenções do Estado. As saídas para a superação do racismo devem estar vinculadas às

¹ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Década Internacional dos Afrodescendentes. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/decada-internacional-dos-afrodescendentes#:~:text=A%20D%C3%A9cada%20Internacional%20dos%20Afrodescendentes,d e%20atividades%20no%20esp%C3%ADrito%20de>. Acesso em: 27 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

lutas sociais, através de uma perspectiva crítica e libertária que possibilite compreender a presença das relações raciais na formação social e econômica e o racismo estrutural como uma relação social, estruturada política e economicamente.

Dessa forma, esta pesquisa visa analisar como a temática étnico-racial se faz presente na formação profissional do curso de Serviço Social da UECE, considerando o projeto ético-político da profissão. A pesquisa foi realizada através do delineamento qualitativo, utilizando pesquisa bibliográfica e documental, analisando a matriz curricular e como a questão racial está presente nos conteúdos das disciplinas. Logo, destacamos que este trabalho está organizado em quatro seções.

Na primeira seção, intitulada “A Questão Etnicorracial como Estruturante e Nó para a Questão Social”, discute-se o referencial teórico que embasa a questão étnico-racial no contexto brasileiro e sua relevância no cenário educacional atual. Na segunda seção, “Serviço Social e Questão Etnicorracial”, abordam-se as implicações e desafios que a questão étnico-racial impõe ao Serviço Social. A terceira seção, “Análise dos Programas de Disciplina do Curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE)”, apresenta a análise dos programas de disciplina e como a questão racial é incorporada na formação dos alunos. Por fim, a quarta seção, “Considerações Finais”, sintetiza os principais resultados e propõe recomendações para futuras pesquisas e práticas educacionais.

2. A QUESTÃO ETNICORRACIAL COMO ESTRUTURANTE E NÓ PARA A QUESTÃO SOCIAL

Para compreender os elementos que constroem a formação sócio-histórica brasileira temos que ter em mente os eixos estruturais que estão presentes nas dinâmicas societárias em sua totalidade, sendo esses: classe social, gênero e raça. Assim, iremos nos aprofundar nas particularidades existentes no sistema escravocrata brasileiro, em específico a configuração da sociedade escravista e os desdobramentos do pós-abolição na vida da população negra ex-cativa.

O colonialismo brasileiro se desenvolve a partir da exploração do trabalho forçado dos africanos escravizados, na expropriação das riquezas produzidas que esse trabalho escravo proporcionou, na desumanização dos corpos negros africanos e de seus descendentes, bem como, na demonização de uma vasta cultura que hoje denominamos como cultura afro-brasileira. O Brasil foi construído e povoado através do suor e sangue desses escravizados, visto que toda a produção da economia colonial, sendo essa a “que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro” (MOURA, 1992, p.12).

O sistema escravocrata em que se apoia a classe senhorial, nesse contexto, vão utilizar aparatos ideológicos e políticos para legitimar o processo de dominação, uma vez que os cativos precisavam ser compreendidos enquanto “uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo” (MOURA, 1992, p.16), colocando esses povos escravizados em lugar de subalternização e alimentando a ideia de que esses escravos possuem um espírito de animal selvagem a ser domesticado e civilizado pelo trabalho forçado. Esse sistema perdurou, de maneira legal, por quase 388 anos até que, de fato, o movimento abolicionista conquistasse a assinatura da lei áurea no dia 13 de maio de 1888, tornando assim, ilegal a permanência de trabalhadores negros escravizados no Brasil.

Entretanto, é necessário entender que a abolição não foi um ato promulgado pela generosidade de uma senhora compadecida pelos sofrimentos dos negros escravizados. O processo até a abolição foi marcado por uma luta árdua dos abolicionistas negros que traçavam estratégias no meio jurídico afim de tornar a prática escravista como ilegal. A título de exemplo podemos pontuar as resistências por meio de fugas de negros escravizados para quilombos escondidos em todo o território brasileiro, pelas resistências armadas promovidas por negros foragidos contra as ações de caçadores que buscavam sua apreensão e reescravização. Da mesma forma, houve luta travada pelos negros libertos que traçavam formas de não separar famílias formadas, não embarcar e transportar escravizados entre portos deste país, como ocorreu no Ceará em luta protagonizada por Antônio José Napoleão e Francisco José do Nascimento, este último conhecido como Dragão do Mar (FERREIRA SOBRINHO, 2014).

Dito isso, os dias que se seguiram ao processo de abolição foram tomadas pela diferença entre negros em trabalhos escravizados e negros libertos vistos como mão de obra desqualificadas, desordeiros, fora da lei, perigosos e maldosos. O processo de abolição instituída foi inacabada (MADEIRA; GOMES, 2018) uma vez que deixou estes à própria sorte, tendo em vista que mesmo libertos e aptos a venderem sua força de trabalho ao capitalista, essa mudança não garantiu sua inserção como proletariado ou sequer ao exército industrial de reserva (GONÇALVES, 2018). Madeira (2017), afirma ainda que “a sociedade brasileira não desempenhou ações voltadas para minorar o destino de negros/as no pós-abolição, não garantiu a inserção qualificada [...] pela via da reeducação para que estes pudessem corresponder aos novos padrões do trabalho livre” (p.24).

Diferente de outros países que tiveram o seu desenvolvimento socioeconômico perpassado apenas pela relação entre o proletariado e a burguesia capitalista que se apropriou da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

riqueza produzida pela classe trabalhadora, a realidade brasileira é marcada pelo processo escravista. A fim de que se possa compreender a estrutura societária brasileira, não se pode perder de vista que a realidade deste país não é apenas atravessada, mas estruturada na sociedade escravista. Assim, não podemos esquecer que toda uma população foi lançada a margem da margem sem que houvesse ações por parte do Estado com o intuito de inserir o negro na sociedade moderna e diminuir os prejuízos no pós-abolição, adaptando a passagem de trabalhador escravizado para os padrões de trabalhador livre em uma sociedade democrática e modo de produção capitalista (MADEIRA, 2017).

Assim, podemos pontuar que é por meio desse racismo que foi alimentado durante três séculos que, segundo Almeida (2019, p. 33), “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares”, isto é, o racismo está imbricado em todas as relações societárias “não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”. O modelo que o racismo operava na manutenção dos povos escravizados no período do Brasil colonial vai sofrendo alterações ao longo do tempo, visto que a forma como o racismo se expressa na contemporaneidade “[...] é estrutural e estruturante da nossa formação social, define as condições de vida de negro(a)s [...]” (MADEIRA; GOMES. p. 238).

Analisando pelas lentes do Serviço Social compreendemos que, no Brasil, a questão social é marcada por esse processo de transição para o trabalho livre, de acordo com Yamamoto (2001), a questão social é “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras [...]” (p. 11), isto é, com o avanço da acumulação capitalista também se aumenta as dinâmicas sociais referentes aos entraves na relação capital-trabalho. No entanto, é importante ressaltar que a população ex-escravizada já se encontrava em situação de miséria, visto que o Estado implementou um plano de nação que não visava destinar espaço para a existência das pessoas negras e sim de exterminação, logo, esses corpos negros “tornaram-se alvo prioritário das caridades (e de certa dose de eugenia) do Estado, especialmente no que compete à Assistência Social” (GONÇALVES, 2018, p.518).

Nesse contexto podemos perceber que a “[...] questão racial é [...] o nó da questão social [...]” (GONÇALVES, 2018, p. 519). Sendo o racismo um fator determinante e estrutural que não se caracteriza apenas como uma expressão da questão social, mas que norteia e assenta todo o processo de desigualdades ocasionado pelo capitalismo emergente brasileiro. Competindo ao Serviço Social sua atuação e entendimento perante essas particularidades do nosso país.

3 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO ETNICORRACIAL

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social no Brasil vem buscando se fazer presente em discussões sobre ações afirmativas e inclusivas no que se refere a violações de direitos, desigualdades sociais e as mais diversas categorias de opressão. Contudo, é fato que o debate dentro do curso e categoria profissional segue tendo como eixo central a questão social e a luta de classes como consequência ao sistema capitalista vigente, poucas abordando as questões referente às opressões raciais ou tratando-a de forma tímida, sem muito enfoque na formação profissional.

Desde a implementação da primeira escola de Serviço Social no ano 1932 em São Paulo, atuando com a igreja católica, a protoforma da profissão buscou mediar e agir em favor das elites brasileiras, que historicamente constitui-se enquanto branca, ao passo que em outro extremo viviam em favelas e cortiços os descendentes de escravizados que seguem constituindo a mão de obra que sustenta o país. A “questão social” e o Serviço Social possuem uma relação antagônica desde sempre, acometida pela pobreza e desigualdade, promovida e intensificada, principalmente, pelo capitalismo. Entretanto, o que a história nos mostra é que não por acaso, as pessoas negras ocupam a maior parte de prejudicados quando falamos de analfabetismo (3,2% das pessoas brancas entre 15 anos ou mais são analfabetas, percentual que se eleva para 7,1% entre pessoas de cor preta ou parda. IBGE, 2024. P.2), renda média *per capita* (R\$ 965,00 para negros, R\$ 945,00 para pardos e R\$ 1.866,00 para brancos. IBGE, 2022. p. 5) e homicídios (Em 2022, 76,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros. ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2024, p.52).

Como podemos perceber, a questão social não abrange a totalidade dos fatos quando equiparamos os dados e percebemos que existe sim uma parcela específica da população que mais é atingida pela interrupção dos direitos básicos e segue atravessada por violências que se direcionam a sua cor e seus traços. Seguir negligenciando os fatos ou mitigando a situação não nos levará de forma alguma a um resultado de equidade e emancipação para com essa situação.

Quanto a formação e atuação do assistente social, o código de ética é instrutivo ao afirmar que é primordial:

“V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.” (CFESS, 2012, p. 23)

Dessa forma, vemos que pelo contexto histórico é necessário não apenas mais estudos aprofundados sobre a temática racial nas suas variáveis formas, como também uma intensa inserção da temática na formação profissional nos cursos de Serviço Social, visto que as atuações destes lidarão diretamente com as precariedades deixadas pelo sistema que gerencia o país, nas amplas garantias de direitos assistidas também aos/as negros/as pela constituição vigente.

Assim, pontuamos que o Serviço Social possui uma ampla área de atuação e trata sobre os mais variados temas relacionados a garantias de direitos. Possui campanhas, eventos e publicações em diversos lugares, mas tendo como principais ações as suas representações no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Em sua gestão de 2017 a 2020 o CFESS veio com o tema “É de batalhas que se vive a vida”, trazendo uma abordagem contundente e incisiva em campanhas contra o racismo com o selo “Assistentes Sociais contra o Racismo”, estando presente muitos materiais físicos e digitais incluído até vídeos, o trabalho da última gestão ainda se faz bem presente no meio estudantil e profissional com diversos elogios. Além disso, vale lembrar a série de cadernos “Assistentes Sociais Contra o Preconceito” lançados em sua maioria em 2016 pelo Conselho Federal, onde trabalha temas como a conceitualização do preconceito, estigmas ao uso de drogas, xenofobia, machismo, transfobia, racismo, discriminação contra a pessoa com deficiência (publicado em

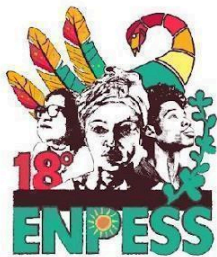
2019), e o último livro da série, lançado em 2022, que trata do preconceito contra população usuária da saúde mental.

Também muito memorável se fazem os trabalhos da ENESSO em campanhas onde reforçam a importância das lutas de igualdade de gêneros, classe, sexualidade e étnico-racial, principalmente através das ações realizadas pelas suas Setoriais lançando cartilhas, eventos, promovendo encontros e debates no movimento estudantil de Serviço Social fomentando essas pautas em prol de um novo projeto societário.

Pontuamos que os trabalhos científicos publicados nas principais revistas trazem uma certa desigualdade entre as temáticas que mais uma vez reforçam o pensamento de que opressões como machismo, LGBTfobia e racismo são partes categóricas da questão social e devem ser trabalhadas como tal. A revista *Temporalis* em suas edições de 2010 a 2020 é incisiva em trazer temas como crise estrutural do capital, neoliberalismo e diversas outras temáticas que abordam as desigualdades sociais tratando, principalmente, sobre uma perspectiva relacionada às classes sociais. Por outro lado, apenas a edição de 2014 inovou trazendo como pauta central as temáticas relacionadas a outras formas de opressões com o título: “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. Da mesma forma ocorre com outras revistas que recebem trabalhos da categoria e são voltadas ao Serviço Social como a revista *Katálysis* (1998-atualmente) e *Ser Social* (1998-Atualmente), essas em apenas um ano trouxeram o tema raça/etnia como eixo central de suas publicações sendo eles “v. 21, n. 3 (2018): Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade” e “Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais v. 19 n. 41 (2017)” respectivamente.

O fato é que parte dos profissionais e acadêmicos trabalham essas temáticas como entrelaçadas, porém defendemos que é necessário que todas sejam trabalhadas com a mesma importância para que possamos chegar então a uma sociedade emancipada, entretanto o que percebemos é um Serviço Social que tende a se manter, em sua maioria, rígido ao não se debruçar sobre o debate racial.

Se faz necessário a diferenciação no olhar sobre as particularidades da formação sócio-histórica do Brasil que a mais de um século é debatida como detalhe pertencente à questão social sem que se aprofunde sobre quem são de fato aqueles atravessados pela interrupção do acesso aos direitos básicos e como podemos, enquanto categoria profissional, atuar no combate ao racismo intervindo em prol das reivindicações específicas da população negra, compreendendo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

esses sujeitos enquanto povo que luta, que é revolucionário e que hoje suas vozes se fazem presentes em todos os âmbitos sociais, políticos e econômicos.

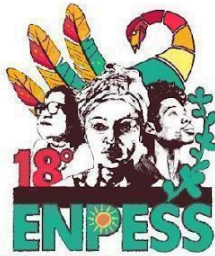
4 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE DISCIPLINA DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

Os resultados foram obtidos a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental onde foram analisadas as ementas disciplinares, os projetos pedagógicos do curso de Serviço Social da UECE e ambos os subsídios que direcionam a profissão junto ao CFESS, CRESS e ABEPSS. No primeiro momento, tratou-se a compreensão da forma como a questão étnico racial é abordada na matriz curricular no projeto pedagógico aprovado pelo colegiado do curso em 2015 e implementado no período letivo de 2016.2. É importante salientar que o curso de Serviço Social da UECE passou por duas alterações no projeto pedagógico recentemente, no ano de 1995, implementado em 1996 e em 2005 e implementada em 2006, conforme informado na página oficial do curso no site da universidade, não foram encontrados os projetos digitalizados.

Mesmo que alguns dos profissionais e acadêmicos trabalhem essas temáticas como entrelaçadas e defendam que é necessário que todas sejam trabalhadas com a mesma importância para uma sociedade igualitária e emancipada, o que percebemos é um Serviço Social que tende a se manter, em sua maioria, fixado as teses marxistas/marxianas e tratando as demais questões como secundárias. É necessário que pensemos e discutamos os fatores que vêm sendo levantados nas últimas décadas e suas implicações para que possamos compreender o problema como um todo e não apenas parcialmente, pois só assim poderemos ter uma visão da totalidade e quebrar as cadeias opressivas que nos cerceiam enquanto humanidade, das mais diversas formas.

Nesse sentido, entende-se o silêncio da questão étnico-racial não como ausência, mas como consequência de determinações estruturais manifesta no encaminhamento da temática para a via marginal ou para discussões pontuais em momentos ocasionais. (CORREIA, 2020, p.125)

Ao longo da história, seguindo os passos dos pensadores e movimentos das reformas ao longo das décadas, o Serviço Social da UECE realizou alguns momentos de análises do projeto pedagógico, com o objetivo de adequar o processo formativo às novas percepções do que viria a entender como principal objeto de trabalho. A segunda reforma foi aprovada em 2005 e implementada em 2016, com alterações nas ementas, referencial teórico, redistribuição de algumas disciplinas durante os semestres e maior ênfase em disciplinas nas quais se percebeu uma melhor necessidade de atenção. A grande mudança foi a substituição das metodologias e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

histórias do Serviço Social, pela Introdução, Seminários e, sobretudo, pelos Fundamentos Históricos e Metodológicos do Serviço Social 1,2 e 3. A terceira alteração foi aprovada em 2015 e implementada no semestre de 2016.2, que incluiu a readequação de algumas disciplinas distribuídas ao longo dos semestres, além da adição de mais um Fundamentos do Serviço Social, sendo a 4 disciplina a complementar o tema, e a inclusão de novas temáticas em disciplinas optativas, conforme indicado no material:

“1.2.2. Justificativa da atualização do PPC 2015.

d) temas importantes a serem contemplados nas disciplinas optativas: gênero, questão étnico-racial, elaboração de projetos sociais, juventude, gerontologia, tanatologia, entre outros.”

De acordo com o projeto pedagógico de 2016.2, a adequação curricular ficou estabelecida da seguinte forma:

“2.5.1. Disciplinas, Seminários e Oficinas:

As **disciplinas obrigatórias** são 36 (trinta e três), correspondendo a 138 créditos e totalizando 2.346 (dois mil trezentos e quarenta e seis) horas/aulas;

As **disciplinas eletivas/optativas** são 04 (quatro), correspondendo a 16 créditos e totalizando 272 (duzentas e setenta e duas) horas/aulas;

Os **seminários**, em número de 02 (dois), compreendem 08 créditos e totalizam 136 (cento e trinta e seis) horas/aulas. Esses estão dispostos em torno de questões das áreas de conhecimentos que possam favorecer à diversificação da formação do aluno;

As **oficinas**, no total de 02 (duas), correspondem a 4 créditos e totalizam 68 horas/aulas. Essas oficinas estão voltadas para o desenvolvimento de atitudes investigativas e reflexivas, bem como à operacionalização de instrumentais técnicos.”

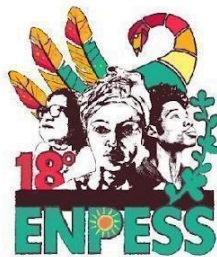
O curso tem 43 disciplinas divididas em 9 semestres regulares, sendo 4 optativas e 39 obrigatórias, incluindo seminários e oficinas. Dessa, 4 das ementas abordam, de alguma forma, a questão étnico racial, sendo elas:

- Classes e movimentos sociais:

As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira, enfatizando as classes subalternas destacando a classe trabalhadora em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideo-políticas e socioculturais. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção das lutas sociais.

- Formação sócio-histórica do Brasil:

O processo de colonização brasileira e a constituição do Estado Nacional; emergência e crise na Primeira República. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo, desenvolvimento e inserção no sistema capitalista mundial. Modernização conservadora no pós-64; Transição democrática e neoliberalismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- Teoria Política:

Particularidades da questão social no Ceará, a partir de sua formação histórica, social e econômica. Concepções e intervenções do Estado nas multifacetadas expressões da questão social. Política, economia, cultura, questão ético-racial e de gênero, bem como sua vivência pelos sujeitos sociais na cena contemporânea.

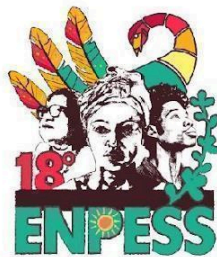
- Questão social no Ceará:

A questão social como estratégia de compreensão da realidade cearense e suas determinações históricas, sociais, econômicas, culturais, políticas, ético-racial e de gênero. Concepções e intervenções do Estado nas multifacetadas expressões da questão social. Expressões contemporâneas da questão social e vivências múltiplas pelos sujeitos sociais.

Além dessa primeira busca, foi realizada uma análise da grade curricular, suas ementas e referencial teórico, com o objetivo de identificar quais disciplinas trabalham ou discutem a questão étnicorracial a cada semestre.

EMENTAS QUE TRATAM A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL POR SEMESTRE

PERÍODO	DISCIPLINAS	DE QUE FORMA	ABORDAGEM TEÓRICA
I	Nenhuma	Não consta	
II	Formação sócio-histórica do Brasil.	Unidades e Bibliografia.	A colonização como sistema; organização social e trabalho em Caio Prado Jr; Gilberto Freyre e o mito da democracia racial; Montagem institucional do estado da nação (não existe precisão sobre a questão racial. Aproximadamente no século XIX. Buscar alteridade.); Visões da escravidão; Advento da industrialização e transição para o trabalho livre; Movimentos sociais e urbanos nos anos 50 e 60.
III	Nenhuma	Não Consta	
IV	Nenhuma	Não Consta	
V	Nenhuma	Não consta	



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

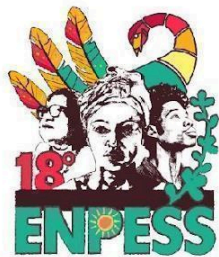
VI	Política Social Setorial II	Bibliografia	MADEIRA, M.Z.A. Desigualdades Raciais como expressão da questão social no Ceará.. In CUNHA, M.A e SILVEIRA, I.M.M (Orgs). Expressões da questão social no Ceará. Fortaleza: EDUECE, 2014.
VII	A) Direito e Legislação Social. B) Classes e Movimentos Sociais	Unidade e Bibliografia Unidade e Bibliografia	A) Estatuto da Igualdade Racial; Lei de execução penal; Sistema nacional de acolhimento socioeducativo; Constituição de 1988. B) Movimentos sociais: a luta histórica dos sujeitos coletivos por direitos em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais – identidades e subjetividades.
VIII	Não tivemos acesso às ementas		
IX	Não tivemos acesso a ementas.		

Fonte: Elaborado pelos autores

Observando os resultados, é possível notar uma tentativa de abordar esse tópico, porém ainda há um grande esvaziamento, já que, como se pode notar, dentre as diversas disciplinas oferecidas em nove semestres, poucas abordam o tema da questão racial.

Nesses termos, levantar o debate na formação profissional sobre as desigualdades étnico-raciais associadas à história econômica e política da formação social brasileira é possibilitar aos/às assistentes sociais a chance de compreender o racismo estrutural sobre o qual se ergueu o capitalismo brasileiro e romper com o mito da “democracia racial” que serve à dominação burguesa. [...]. Assim, como conjunto de valores interiorizados pela sociedade brasileira, o mito passou a fazer parte do conjunto de ideias explícitas e/ou implícitas em todas as dimensões da vida social, inclusive no conjunto de ideias que nortearam historicamente a formação profissional. No Serviço Social, essa ideologia pode ser apreendida ainda no notável silêncio da questão étnico-racial na sua formação profissional, aqui apreendido na proposta curricular de 1996 e nas pesquisas que tiveram como objeto analisar a sua presença no âmbito do Serviço Social. (CORREIA, 2020, p. 132)

A formação acadêmica dos assistentes sociais deve refletir a realidade multicultural e as persistentes desigualdades presentes na sociedade brasileira. A incorporação de conteúdos que tratem do racismo estrutural é fundamental para capacitar os profissionais a reconhecerem e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

combaterem as disparidades raciais que são profundamente enraizadas na história econômica e política do país. Sem essa abordagem crítica, corre-se o risco de perpetuar a invisibilidade da questão etnicorracial e a falta de preparo para lidar com a complexidade das demandas apresentadas pelos diferentes grupos étnicos no cotidiano profissional. A integração de conteúdos relacionados à questão etnicorracial no currículo do curso de Serviço Social na UECE é, portanto, um passo necessário para formar profissionais que possam entender e combater as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira.

Vale ressaltar que o Curso de Serviço Social no Ceará iniciou-se em 25 de março de 1950 com a Escola de Serviço Social do Ceará, vinculada ao Instituto Social de Fortaleza e administrada pela Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria. Em 1956, foi agregado à Universidade Federal do Ceará (UFC) e, em 5 de março de 1975, foi incorporado à Universidade Estadual do Ceará (UECE). Considerando a longa jornada do curso e sua importância formativa e na produção de conhecimentos e análise crítica da realidade, é necessário refletir sobre a relevância da pesquisa para a comunidade acadêmica e para a sociedade, visto que a pesquisa aborda questões específicas de grupos historicamente discriminados. O reconhecimento do racismo estrutural e a desconstrução do mito da “democracia racial” são essenciais para preparar assistentes sociais que possam atuar de forma efetiva e transformadora. A discussão proposta por Correia (2020) evidencia a necessidade de romper com o silêncio histórico em torno das questões etnicorraciais e garantir que a formação profissional esteja alinhada com os desafios contemporâneos da sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar a inserção da temática étnico-racial nos programas de disciplina do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Partindo da premissa de que o racismo estrutural é uma realidade latente e dissimulada na sociedade brasileira, foi necessário abordar como essa questão é tratada na formação de assistentes sociais, profissionais que atuam diretamente com as expressões da questão social, com populações vulneráveis, muitas vezes constituídas por negros e negras. Este trabalho se insere num contexto mais amplo de reconhecimento da importância de políticas públicas e de formação acadêmica que considerem as desigualdades raciais como estruturantes da questão social no Brasil. A motivação central foi a necessidade de uma formação crítica e emancipatória que capacite os assistentes sociais ao combate ao racismo e promover a equidade.

A principal problematização que norteou este estudo foi a insuficiente abordagem da questão étnico-racial nos programas de formação de assistentes sociais, apesar da reconhecida relevância dessa temática para a prática profissional. O objetivo geral foi investigar como a questão étnico-racial e as lutas antirracistas estão presentes nas ementas das disciplinas do curso de Serviço Social da UECE. Para alcançar este objetivo, foram definidos objetivos específicos: analisar a matriz curricular, identificar a presença de conteúdos relacionados à questão racial e avaliar a profundidade com que esses temas são tratados nas disciplinas.

A pesquisa revelou que, embora a temática étnico-racial esteja presente em algumas disciplinas, sua abordagem é muitas vezes superficial e limitada a contextos específicos, sem uma integração sistêmica no currículo do curso. A análise documental mostrou que as disciplinas que tratam da questão racial o fazem de forma fragmentada, não sendo uma temática transversal a todas as áreas do conhecimento abordadas no curso. Existem desafios significativos na implementação de uma abordagem mais abrangente e crítica, como a falta de materiais didáticos específicos e a necessidade de capacitação contínua dos professores.

Os resultados foram obtidos através de uma metodologia de abordagem qualitativa, que incluiu a análise de documentos institucionais. A análise dos dados foi realizada com base em referencial teórico que discute o racismo estrutural e a formação de assistentes sociais. Foi possível concluir que, para que os futuros assistentes sociais possam atuar efetivamente no combate ao racismo, é fundamental que a formação acadêmica seja revisada e aprimorada para incluir de maneira mais efetiva e crítica a questão étnico-racial.

A partir dos resultados obtidos, diversas direções para pesquisas futuras podem ser sugeridas. Primeiramente, é necessário desenvolver estudos que aprofundem a análise de currículos de outras universidades, permitindo uma comparação mais ampla e a identificação de práticas que possam ser adotadas. Adicionalmente, seria importante investigar metodologias de ensino que sejam mais eficazes na integração da temática étnico-racial de forma transversal e contínua. A criação de materiais didáticos específicos e a capacitação dos docentes são áreas que merecem atenção especial em pesquisas futuras.

Outra perspectiva importante é a avaliação do impacto das mudanças curriculares na formação dos alunos e, posteriormente, na prática profissional dos assistentes sociais. Estudos longitudinais poderiam acompanhar e avaliar como a formação acadêmica aprimorada contribui para a atuação desses profissionais em contextos de combate ao racismo e promoção da equidade racial. Além disso, é relevante explorar como a temática étnico-racial se relaciona com



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

outras dimensões da questão social, como gênero e classe, proporcionando uma formação interseccional que reflita a complexidade das desigualdades sociais no Brasil.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de diversas pessoas e instituições. Agradecemos aos professores e colegas do curso de Serviço Social da UECE, que contribuíram com suas perspectivas e experiências, enriquecendo a pesquisa. Aos autores cujas obras serviram de base teórica e metodológica, nosso reconhecimento e gratidão. Finalizamos este trabalho com um trecho da música de Dona Ivone Lara que nos motivou ao longo de todo o processo: “Fazer a dança das flores no meu pensamento”. Que possamos, através da educação e da formação crítica, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Coord. Djamila Ribeiro. Série: 100703. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Histórico do Curso. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE. Disponível em: <http://www.uece.br/servicosocial/index.php/historicodocurso> Acesso: 28 ago. 2021.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Projeto Pedagógico do Curso. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE. Disponível em: <http://www.uece.br/servicosocial/index.php/projetopedagogicodocurso> Acesso: 28 ago. 2021.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Projeto Pedagógico do Curso. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE. Disponível em: <http://www.uece.br/servicosocial/index.php/programadasdisciplinas> Acesso: 28 ago. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CORREIA, A. N. S.. **O SILENCIAMENTO DA QUESTÃO ÉTNICORACIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.** In: Tereza Cristina Santos Martins, Nelmiros Ferreira da Silva. (Org.). Racismo estrutural, institucional e Serviço Social. 1. ed. São Cristovão: Editora UFS, 2020, v. 1, p. 1-260. IN: MARTINS, Tereza Cristina Santos e SILVA, Nelmiros Ferreira da (Orgs). Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social. São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **Os mais interessados é que lutaram: a abolição no Ceará.** In: SILVA, Carlos Alberto Alencar e MILITÃO, João Wanderley Roberto.. (Org.). Histórias de Luz ? 100 anos sem Dragão do Mar / 130 anos da Abolição no Ceará. 1 ed. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2014, v. 1, p. 14-39.

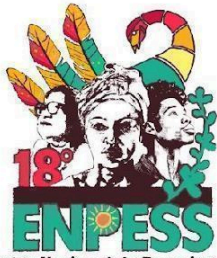
GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa. 2003, v. 29, n. 1 [Acessado 24 Julho 2024], pp. 93-107. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serviço Social & Sociedade, v. Especial, p. 609-639, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Local: Rio de Janeiro, Editor: IBGE, Ano: 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso: 01.06.2024

MADEIRA, Maria Zelma de A. e GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2018, n.133, pp.463-479. ISSN 0101-6628. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista**. Revista Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, jan./abr. 2017. Disponível em: [/www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15440](http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15440)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática S.A., 1992.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA; **Educação 2023**. Local: Rio de Janeiro, Editor: IBGE, Ano: 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf Acesso: 05.06.2024